



Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo/CRF-SP

CONCURSO PÚBLICO
Nº 001/2017



CRF SP
CONSELHO REGIONAL
DE FARMÁCIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Procurador

Tarde
ÚNICO

Organizadora:



EMPREGO: PROCURADOR

Texto para responder às questões de **01** a **05**.

Brasil fabricará medicamentos a partir da biodiversidade do país

Para desenvolver a indústria farmacêutica do Brasil, nada melhor do que trabalhar com aquilo que temos de melhor: dono da maior fauna e flora do planeta, o país ainda tem milhares de espécies vegetais não catalogadas e que podem contribuir para a fabricação de medicamentos responsáveis pelo tratamento de diferentes enfermidades.

Em uma parceria inédita, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) somou esforços com o Aché Laboratórios e a empresa *Phytobios* para encontrar moléculas de plantas que podem contribuir para remédios destinados às áreas de oncologia e dermatologia. O acordo foi assinado na última segunda-feira (11 de dezembro), durante um evento no auditório do CNPEM, em Campinas.

Com investimento planejado de R\$ 10 milhões, as primeiras expedições comandadas pela *Phytobios* já reuniram exemplares de diferentes espécies vegetais que serão analisados no Laboratório Nacional de Biociências (LNBio), que faz parte do CNPEM. “A expedição em busca das espécies é algo bastante complexo: temos de ter um cuidado enorme para não danificar o meio ambiente durante as coletas, além de preservar o material vegetal encontrado”, afirma Cristina Ropke, CEO da *Phytobios*. “Temos de coletar plantas na época em que elas estão floridas ou frutificadas para que um botânico especialista naquela família as identifique de maneira apropriada.”

À frente de projetos como o *Sirius* — maior projeto científico e tecnológico em desenvolvimento no Brasil — o CNPEM conta com equipamentos capazes de realizar a análise das moléculas e mapear suas potencialidades para o tratamento de enfermidades como o combate a diferentes tipos de câncer.

(Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2017/12/brasil-fabricara-medicamentos-partir-da-biodiversidade-do-pais.html>.)

01

Está de acordo com o que se afirma no texto:

- A) Há um grande prejuízo relacionado à área científica citada no texto, a falta de pesquisa até então é fonte geradora de um atraso significativo em relação à busca de tal conhecimento.
- B) O potencial existente da fauna e flora brasileiras pode ser reconhecido como um grande gerador para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à indústria farmacêutica do Brasil.
- C) O desenvolvimento relacionado à biodiversidade do Brasil pode propiciar um ganho para o país nos mais diversos segmentos da sociedade, inclusive agindo positivamente em questões de aspecto social.
- D) Diante de um potencial reconhecido internacionalmente, são necessários investimentos em pesquisas para a fabricação de medicamentos de médio e longo prazo, sendo a contrapartida imediata diante da acessibilidade aos objetos de pesquisa.

02

O trecho “Em uma parceria inédita, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) somou esforços com o Aché Laboratórios e a empresa *Phytobios* para encontrar moléculas de plantas que podem contribuir para remédios destinados às áreas de oncologia e dermatologia.” (2º§) mantém sua correção linguística e semântica na reescrita:

- A) De forma inédita, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) somou esforços com o Aché Laboratórios e a empresa *Phytobios* para encontrar: moléculas de plantas que podem contribuir para remédios destinados às áreas de oncologia e dermatologia.
- B) O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em parceria inédita, somou esforços com o Aché Laboratórios e a empresa *Phytobios* para encontrar moléculas de plantas que podem contribuir para remédios destinados às áreas de oncologia e dermatologia.
- C) Em uma parceria inédita, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), somou esforços com o Aché Laboratórios – e a empresa *Phytobios* – para encontrar moléculas de plantas que podem contribuir para remédios destinados às áreas de oncologia e dermatologia.
- D) Em uma parceria inédita, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) tem somado esforços com: Aché Laboratórios e a empresa *Phytobios*; para encontrar moléculas de plantas que podem contribuir para remédios destinados tanto a área de oncologia quanto de dermatologia.

03

De acordo com o terceiro parágrafo, a transcrição da fala de *Cristina Ropke* indica que

- A) isoladamente, um alto investimento financeiro não pode ser considerado um elemento suficiente para que o resultado esperado seja alcançado satisfatoriamente.
- B) as expedições anteriores ao momento vivido pela pesquisadora funcionaram como preparo para que o trabalho a que se refere possa ser realizado dentro dos padrões necessários.
- C) o valor de investimento planejado para a realização da pesquisas e expedições na Floresta Amazônica é necessário e deve ser aplicado com bastante rigor tendo em vista a complexidade de tal trabalho.
- D) não há como mensurar o investimento aplicado em pesquisas e expedições em busca das espécies que serão alvo de pesquisa científica, tal a complexidade que envolve a obtenção do material a ser analisado.

04

O uso do acento grave em “À frente de projetos como o *Sírius* — maior projeto científico e tecnológico em desenvolvimento no Brasil [...]” (4º§) é de uso obrigatório. Indique, a seguir, o fragmento em que o acento grave foi empregado INCORRETAMENTE.

- A) “Primeiro *smartphone* com leitor de digitais integrado à tela vai ser chinês.”
- B) “Florianópolis vive hoje o temor de que 2017 termine com notícias semelhantes às que estream o ano.”
- C) “Uma garota de 9 anos teve o cabelo cortado à força por duas tias e duas primas no último fim de semana.”
- D) “Todo o atendimento ao público será realizado de segunda à domingo conforme determinado anteriormente.”

05

Em relação às estruturas linguísticas do terceiro parágrafo destacadas a seguir, assinale a afirmativa correta.

- A) Em “*busca das espécies*”, a forma verbal “é” poderia, facultativamente, ser alterada para “são”; estabelecendo, assim, concordância com “*espécies*”.
- B) As formas verbais “*reuniram*” e “*serão*” estabelecem concordância com o mesmo referente de modo que não há possibilidade de alteração para o singular de qualquer uma das duas formas.
- C) No último período do parágrafo, os pronomes “*elas*” e “*as*” têm sua forma apresentada no plural relacionada à retomada do mesmo termo, também no plural, apresentado anteriormente.
- D) A forma verbal “*reuniram*” em “*reuniram exemplares de diferentes espécies vegetais*” poderia ser substituída por “*reuniu-se*” de acordo com o referente com o qual a concordância é estabelecida.

Texto para responder às questões de 06 a 10.

As ações de vigilância sanitária estão fortemente associadas ao sentido de bem-estar da população. Não foi por outro motivo que o Conselho Federal de Farmácia fez gestões, com vistas a sensibilizar autoridades de todos os Poderes a que definissem o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e criassem a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o que veio a acontecer, em 1999, por força da Medida Provisória 1.791, convertida na Lei 9.782, publicada em 26 de janeiro daquele ano. Entendíamos que o Brasil tinha uma enorme necessidade de um órgão central dotado de uma superestrutura que pudesse coordenar todas as atividades do setor.

A lei que a criou deixa claro que a sua finalidade institucional é promover a proteção da saúde da população, por meio do controle sanitário da produção e consumo de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados.

Este vasto conjunto de atribuições de vigilância exige uma complexa capacitação técnica de quem o executa. O farmacêutico é o profissional dotado desta capacitação.

Tem uma profunda formação acadêmica, vastos conhecimento científico e preparação técnica, além de amparo legal, o que faz dele o profissional insubstituível para proceder a verificação de riscos sanitários associados à fabricação, à manipulação, ao transporte, armazenamento e distribuição de produtos, como drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e outros para a saúde.

Por tudo, as ações de fiscalização realizadas pelo farmacêutico são privativas suas e identificadas como sendo de alto grau de risco sanitário, em consonância com o inciso III do artigo 1º do Decreto nº 85.878/1981. Significa que o objeto de sua atividade fiscalizadora jamais pode ser licenciado, sem que seja submetido à sua fiscalização.

(Walter da Silva Jorge João, Presidente do Conselho Federal de Farmácia. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/cartilha%20vigil%C3%A2ncia%20sanit%C3%A1ria08Dez2017.pdf>. Fragmento.)

06

Segundo o autor do texto:

- A) Atividades fiscalizadoras sanitárias possuem alto grau de risco, por isso sua realização está sujeita à aprovação prévia do profissional da área farmacêutica.
- B) A produção e consumo de produtos e serviços não é suficiente para a proteção da saúde da população, é preciso que haja uma associação constante com ações de vigilância sanitária.
- C) Dentre as necessidades existentes, o principal motivo para criação de um Sistema Nacional de Vigilância Sanitária é sua estreita relação com a preservação do bem-estar de toda a população.
- D) O bem-estar apresenta-se como uma necessidade acima que qualquer outro tipo situação que possa se apresentar no âmbito da saúde; para supri-la, é necessário um envolvimento de toda a população no que diz respeito à prevenção de modo geral.

07

Em “A lei que a criou deixa claro que a sua finalidade institucional [...]” (2º§), o termo grifado possui a mesma classificação sintática; além de expressar, semanticamente, o mesmo tipo de circunstância do destacado em:

- A) Estava só até agora.
- B) Ele será eleito com certeza.
- C) Ele chegou meio desajeitado.
- D) Escreveu muito mal sobre o assunto.

08

Seriam mantidos a correção gramatical e o sentido original do texto caso a expressão “bem como” em “bem como o controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados.” (2º§) fosse substituída por

- A) tal como.
- B) consoante.
- C) de modo que.
- D) mesmo como.

09

Assinale a alternativa cuja afirmativa está de acordo com a correção de aspectos morfossintáticos e semânticos dos trechos selecionados.

- A) A omissão do trecho grifado em “associadas ao sentido de bem-estar da população” manteria o sentido original do texto devendo haver apenas a substituição de “ao” por “à”.
- B) Em “dos insumos e das tecnologias a eles relacionados,” o termo destacado poderia ser substituído pelo elemento “por” tendo em vista a classificação sintática e o sentido produzido pelos dois vocábulos.
- C) Como se trata de uma enumeração em: “[...] vastos conhecimento científico e preparação técnica, além de amparo legal, [...]”, o termo “vastos” pode ser atribuído a “conhecimento científico”, “preparação técnica” e “amparo legal”.
- D) Em “com vistas a sensibilizar autoridades”, a substituição de “sensibilizar” pelo seu correspondente nominal provocaria obrigatoriedade do uso do acento grave indicador de crase, além de inclusão da preposição “de” antecedendo “autoridades”.

10

De acordo com a estrutura textual e a forma como as ideias e informações são apresentadas, pode-se afirmar que:

- A) Os argumentos apresentados demonstram ser, por meio de elementos específicos, uma defesa de interesses particulares.
- B) Não há, no texto, restrição à formulação explícita de juízos de valor, sendo possível reconhecer o posicionamento acerca do assunto em questão.
- C) O campo lexical utilizado indica o objetivo comunicacional do texto de atingir um público de grande abrangência que não tem como rotina o acesso a tais publicações.
- D) A afirmação de que o Brasil “*tinha uma enorme necessidade de um órgão central dotado de uma superestrutura que pudesse coordenar todas as atividades do setor.*” apresenta uma relação de oposição de sentido entre as palavras “necessidade” e “superestrutura” tendo em vista o contexto apresentado.



(In: WATTERSON, B. *Os dias estão todos ocupados: as aventuras de Calvin e Haroldo*. São Paulo: Conrad, 2011.)

11

A resolução da breve narrativa de *Bill Watterson* ocorre em qual dos quadros da tira?

- A) Primeiro quadro. B) Segundo quadro. C) Terceiro quadro. D) Quarto quadro.

12

Assinale a alternativa que apresenta o elemento central do qual decorre o humor da tira.

- A) O comentário da mãe ante o problema da personagem.
B) A incomum situação em que Calvin, o menino, se encontra.
C) A óbvia dedução acerca do seu problema por parte do garoto.
D) A excentricidade da personagem em ver vivo, mas com a cabeça “ao contrário”.

13

Tal como utilizada no primeiro quadro, a palavra “socorro” atua como uma palavra de qual classe gramatical?

- A) Verbo.
B) Adjetivo.
C) Advérbio.
D) Interjeição.

14

Analise as afirmativas a seguir.

- I. As formas verbais “olha” (2º quadro) e “esquece” (4º quadro), tal como utilizadas no texto, estão, respectivamente, na forma afirmativa do imperativo e no presente do indicativo.
II. As formas “virado” (1º quadro), “conseguindo” (2º quadro) e “vendo” (2º quadro) são formas nominais dos verbos “virar”, “conseguir” e “ver”, respectivamente.
III. Tanto a forma “acho” (3º quadro) quanto a forma “pus” (3º quadro) estão no pretérito perfeito do modo indicativo.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) II. B) III. C) I e II. D) II e III.

15

Na fala da mãe de Calvin, no último quadro, ante toda a situação vivenciada por Calvin, bem como da relação entre as personagens, percebe-se a constituição de uma

- A) ironia.
B) antítese.
C) hipérbole.
D) comparação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16

A Constituição Federal estatuiu uma série de direitos e garantias fundamentais aos indivíduos, dentre estes resguardou direitos sociais básicos que se apresentam como prestações positivas que devem ser realizadas pelo Estado. A respeito dos direitos sociais, assegurados pela Constituição Federal, analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

- A) É absoluta a liberdade para criação de sindicatos, nos termos do Artigo 8º, inciso II da Constituição.
- B) Não fazem jus à percepção do Seguro Desemprego previsto no inciso II, Artigo 7º da CF/88, os empregados rurais e os trabalhadores domésticos.
- C) Por força de ementa constitucional, aos trabalhadores domésticos são assegurados todos os direitos sociais elencados no Artigo 7º da Constituição Federal.
- D) A não efetivação dos direitos sociais constitucionalmente assegurados pelo Poder Público poderá ser justificada pelo princípio da reserva do possível, comprovada a impossibilidade de efetivação.

17

“O legislador constituinte atribuiu ao legislador derivado a regulamentação sobre o direito de greve dos servidores públicos ao determinar que o seu exercício se dará nos termos e limites da lei específica. Determinada confederação sindical, em defesa do direito de greve dos servidores públicos a ela filiados, ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.” A partir da situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) Caso seja declarada a inconstitucionalidade por omissão, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias.
- B) Em que pese a legitimidade da confederação para interposição da ação, houve um equívoco, uma vez que no caso em tela não é cabível a ADI por omissão.
- C) A pertinente ação direta de inconstitucionalidade deverá ser endereçada ao Superior Tribunal de Justiça, com a prévia manifestação do Procurador Geral da República.
- D) Na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, ação adequada para o questionamento, deverá ser previamente ouvido o Advogado Geral da União para impugnação do texto constitucional.

18

“O Deputado Federal Tício da Silva, no exercício de seu mandato, durante uma sessão da Câmara em que fora acusado por colega de corrupção e fraude, manifesta-se por sua inocência e afirma de imediato renunciar a qualquer de suas imunidades, para provar em vias de processo regular a sua inocência.” Quanto à manifestação do Deputado pela renúncia de imunidades parlamentares, é correto afirmar que:

- A) A manifestação do Deputado durante a sessão é suficiente a validar a renúncia de imunidades.
- B) Sendo as imunidades parlamentares garantia institucional concedida ao Congresso Nacional, não poderá o Deputado destas dispor.
- C) O Deputado deverá formalizar o ato de renúncia através de petição destinada ao presidente da Câmara para que o mesmo seja válido.
- D) A manifestação oral do candidato não servirá à renúncia de imunidades, vez que para tanto é necessário pedido de manifestação específico, ainda que oralmente.

19

Quanto ao Direito financeiro na Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. O relatório resumido da execução orçamentária deve ser publicado pelo Poder Executivo, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
- II. Quando incompatíveis com o plano plurianual, as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas.
- III. Não poderão exceder os limites estabelecidos em lei complementar, as despesas com pessoal ativo e inativo dos entes federativos.
- IV. Tem direito a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, o servidor exonerado por excesso de despesa de pessoal.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.

20

O contrato pode ser conceituado como ato jurídico bilateral que objetiva a criação, a alteração ou a extinção de direitos e deveres de conteúdo patrimonial. Considerando a regulamentação dos contratos pelo Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Pela própria natureza transitória é dispensado o registro competente do contrato preliminar.
- B) A rescisão unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte.
- C) São nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio nos contratos de adesão.
- D) O estipulante pode reservar-se o direito de substituir o terceiro designado no contrato, independentemente da sua anuência e da do outro contratante.

21

Para que seja imputada a responsabilidade civil a determinado agente é imperioso que haja uma relação entre a conduta deste e o prejuízo suportado pela vítima. Há, pois, hipóteses em que será afastada a responsabilidade do agente. São causas excludentes da responsabilidade civil, EXCETO:

- A) Legítima defesa.
- B) Culpa exclusiva da vítima.
- C) Omissão voluntária do agente.
- D) Exercício regular de direito reconhecido.

22

Na doutrina do Direito Administrativo brasileiro, quanto a atos e fatos administrativos é correto afirmar que:

- A) Todo fato administrativo é fato jurídico.
- B) Algum fato administrativo é fato jurídico.
- C) Nenhum ato administrativo é ato jurídico.
- D) Nenhum ato administrativo é fato jurídico.

23

Quanto aos poderes da administração pública, assinale a alternativa INCORRETA. Um ato administrativo pode derivar, simultaneamente, dos poderes

- A) de polícia e disciplinar.
- B) hierárquico e disciplinar.
- C) regulamentar e de polícia.
- D) regulamentar e hierárquico.

24

Evidenciada a turbulação ou esbulho poder-se-á ser interposta ação possessória a qual, a depender da data de interposição, observará ao rito especial ou ao rito comum. Sendo comum ou especial, não é afeta a caracterização da possessória, havendo tão somente a distinção dos ritos. Sobre as ações possessórias e os diferentes ritos, é correto afirmar que:

- A) As ações possessórias de bens imóveis, independentemente do rito a que se submeterem, terão como competência absoluta o foro do domicílio do réu, isto por acreditar o legislador que este, turbado ou esbulhado em sua posse, terá melhores condições de defender o que lhe é assegurado por direito.
- B) Intentada dentro do prazo de ano e dia a contar da data de início da violência, a ação possessória observará ao rito especial, cujo procedimento é totalmente distinto daquele adotado no rito comum. O único processo idêntico em ambos os ritos é a fase liminar, a qual exigirá a comprovação da urgência e do risco de dano.
- C) Tendo-se em discussão a posse de determinado bem, afetando-se diretamente aos direitos do proprietário, será este o principal legitimado para interposição das possessórias, ainda que não detenha a posse do bem. O possuidor justo também será legitimado à ação, o possuidor injusto, contudo, não poderá figurar como parte.
- D) Intentada a devida ação possessória de força nova, observar-se-á o rito especial, o qual distingue-se especialmente quanto a fase liminar, na qual poder-se-á de plano ser deferida a liminar ou mesmo após audiência de justificação. O deferimento da liminar neste procedimento exigirá tão somente a demonstração, em cognição sumária, de que o autor era detentor da posse e foi esbulhado ou mesmo turbado.

25

A doutrina compreende que o recurso não exige necessariamente a existência da análise por órgão distinto, vez que o juiz prolator da sentença tem condições de corrigir seu próprio erro, como, por exemplo, nos Embargos de Declaração. O Novo Código de Processo Civil, contudo, regulamentou ainda hipóteses em que, interposta a apelação, é concedido ao Juiz prazo para exercício do juízo de retratação. Interposta a apelação, poderá o juiz retratar-se no prazo de cinco dias, EXCETO:

- A) Quando houver indeferido a petição inicial.
- B) Quando tiver acolhido a alegação de existência de convenção de arbitragem.
- C) Quando houver verificado a ausência de legitimidade ou de interesse processual.
- D) Quando tiver determinado a extinção do processo em decorrência da ausência de movimentação durante mais de seis meses por negligência das partes.

26

“José, casado com Maria e pai de 5 filhos, omitiu durante toda sua vida a existência de seu filho João, nascido antes do casamento, o qual foi por ele devidamente registrado. Após o falecimento de José, Maria e seus filhos procederam com o inventário dos bens por ele deixados, não indicando, contudo, João como herdeiro. João apenas veio tomar conhecimento da situação quando já era findo o inventário e, diante do desejo de resguardar sua parte do quinhão, ingressou com Medida Cautelar de Sequestro.” A respeito da medida tomada por João, é correto afirmar que:

- A) João acertadamente ingressou com Cautelar de Sequestro, a qual assegurará a qualidade e a quantidade dos bens, convertendo-se em penhora, quando declarada a dívida dos irmãos para com ele.
- B) João equivocou-se quanto a cautelar interposta, uma vez que a medida pertinente seria o arresto dos bens, garantindo, assim, uma futura penhora e consequente expropriação dos bens, evitando a dilapidação do patrimônio que lhe cabe por direito.
- C) A Cautelar de Arresto é a medida pela qual João obterá a constrição de bens específicos, sobre os quais pretende discutir judicialmente. Tal constrição busca assegurar que estes não pereçam ou venham a ser danificados e não será seguida de penhora.
- D) A Cautelar de Sequestro se destina à constrição de bens específicos, sobre os quais João discutirá judicialmente. Tal constrição busca assegurar que os bens não pereçam ou venham a ser danificados. Não se seguirá de penhora, mas de possível entrega do bem.

27

Segundo o jurista *Robert Alexy*, os princípios estabelecem preceitos de otimização, enquanto a regra normativa indica uma consequência jurídica a cada fato/situação. Para o direito do trabalho, os princípios representam valores fundamentais que constituem o núcleo do próprio sistema jurídico trabalhista. Considerando os princípios do direito do trabalho, analise as afirmativas e assinale a correta.

- A) O *in dubio pro operario* é uma das três regras de aplicação normativa que integram o princípio da razoabilidade.
- B) É inadmissível a contratação temporária, haja vista a flagrante afronta ao princípio da continuidade da relação de emprego.
- C) Às normas imperativas que constituem o núcleo rígido e indisponível do ordenamento trabalhista, aplica-se o princípio da irrenunciabilidade.
- D) O princípio da condição mais benéfica importa na aplicação da norma mais favorável, quando exista mais de uma norma potencialmente aplicável ao caso concreto.

28

“A Pedro precisou afastar-se do emprego em virtude de exigências de encargo público. Seu empregador, necessitando de um novo operário para desempenhar as tarefas que eram de responsabilidade de Pedro, optou por rescindir por justa causa o contrato com este.” A respeito da situação hipotética anterior, é correto afirmar que:

- A) A rescisão é válida e a justa causa fundar-se-á na desídia de Pedro, nos termos do Artigo 482, da CLT.
- B) A rescisão é ilegal, devendo o empregador manter o contrato com Pedro e, ainda, manter sua remuneração pelos primeiros trinta dias.
- C) O afastamento de Pedro em virtude das exigências do encargo público não constitui motivo para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.
- D) A rescisão somente será admitida caso o contrato de Pedro seja por prazo determinado, sendo abatido deste, o período de afastamento em decorrência do encargo público.

- I. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso.
- II. Em qualquer trabalho contínuo é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso de, no mínimo, trinta minutos, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário.
- III. Não excedendo de quatro horas o trabalho, será obrigatório um intervalo de dez minutos.
- IV. Nos serviços permanentes de datilografia, a cada período de noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.

A) I e II. B) I e III. C) I e IV. D) II e IV.

30

A) As partes serão intimadas a manifestar-se sobre laudo pericial, no prazo comum de cinco dias.

B) As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em três audiências, sob a direção de juiz presidente.

C) Neste procedimento é admitida a citação por edital, sendo ao autor dispensado da indicação do correto endereço do reclamado.

D) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a trinta vezes o salário mínimo vigente ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

31

A) “A responsabilidade administrativa de cada Conselho Regional cabe ao respectivo Presidente.” **Ademais** “É atribuição do Presidente a prestação de contas perante o órgão federal competente”.

B) “O mandato dos membros do Conselho Federal de Farmácia é privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira.” **Logo** “No Brasil, é vedada a inscrição de farmacêuticos estrangeiros nos Conselhos Regionais de Farmácia.”

C) “Para inscrição no quadro de farmacêuticos dos Conselhos Regionais é necessário registro do diploma na repartição sanitária competente.” **Todavia** “Gozar de boa reputação por sua conduta pública, atestada por três farmacêuticos devidamente inscritos, supre a exigência do registro.”

D) “O poder de punir disciplinarmente compete, com exclusividade, ao Conselho Regional em que o farmacêutico faltoso estiver inscrito ao tempo do fato punível em que incorreu.” **Portanto** “A jurisdição disciplinar do Conselho Regional derroga a jurisdição comum, ainda que o fato constitua crime punido em lei.”

32

A) drogaria é o estabelecimento que realize dispensação de plantas medicinais.
B) droga é a substância ou matéria-prima que tenha finalidade medicamentosa ou sanitária.
C) medicamento é a droga ou matéria-prima aditiva ou complementar de qualquer natureza.
D) distribuição é o ato de fornecimento, ao consumidor, de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos.

33

A) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
B) Utilização da epidemiologia exclusivamente para o estabelecimento de prioridades.
C) Centralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo.
D) Separação, no nível executivo, das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.

34

Nos termos da Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos é correto afirmar que:

- A) Os produtos destinados ao uso infantil não poderão conter substâncias cáusticas ou irritantes, terão embalagens isentas de partes contundentes e não poderão ser apresentados sob a forma de aerossol.
- B) Como medida de segurança sanitária, poderá o Ministério da Saúde suspender a fabricação e venda de produtos que se torne suspeito de ter efeitos nocivos à saúde humana, salvo se devidamente registrados.
- C) É vedada a importação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e demais produtos de que trata a Lei, para fins industriais e comerciais, sem prévia e expressa manifestação favorável do Ministério Público.
- D) Qualquer modificação de fórmula, alteração de elementos de composição ou de seus quantitativos, dependerá de comunicação ao Ministério da Saúde, que deverá se dar em até 90 dias da disponibilização do produto ao mercado.

35

Quanto à Lei nº 6.830/80, que dispõe sobre a cobrança judicial de dívida ativa da Fazenda Pública, é correto afirmar que:

- A) Recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de quinze dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.
- B) Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, a penhora poderá recair em qualquer bem do executado, inclusive os que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- C) O executado será citado para, no prazo de quinze dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- D) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.

36

“Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.” Nos termos do ordenamento jurídico brasileiro, o trecho apresentado está:

- A) Incorreto, já que o prazo prescricional, no caso, é de três anos.
- B) Correto, pois corresponde a um dispositivo normativo da Lei nº 9.873/99.
- C) Incorreto, visto que tal prazo não se aplica à Administração Pública indireta.
- D) Correto, desde 2017, pois é uma jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal.

37

Nos termos da Lei nº 12.514/11 que dispõe, dentre outros, sobre as contribuições devidas aos conselhos profissionais, é correto afirmar que:

- A) Os Conselhos não poderão promover a cobrança judicial de valores inferiores a cinco mil reais.
- B) A existência de valores em atraso não obsta o cancelamento ou a suspensão do registro a pedido.
- C) É vedado reajustar os valores das anuidades pela variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
- D) O percentual da arrecadação destinado ao conselho regional e ao conselho federal respectivo deve ser equânime.

38

O Conselho Federal de Farmácia tem como uma de suas atribuições, zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País. Assim, nos termos da Resolução nº 596/2014, é dever do farmacêutico:

- A) Dispor seus serviços profissionais às autoridades constituídas, sempre mediante justa e prévia remuneração, em caso de conflito social interno, catástrofe ou epidemia.
- B) Guardar sigilo de fatos e informações de que tenha conhecimento no exercício da profissão, abstendo-se de denunciar ou relatar às autoridades quaisquer casos ou irregularidades de que tenha ciência.
- C) Comunicar ao Conselho Regional de Farmácia, em vinte e quatro horas, o encerramento de seu vínculo profissional de qualquer natureza, independentemente de retenção de documentos pelo empregador.
- D) Comunicar ao Conselho Regional de Farmácia e às demais autoridades competentes os fatos que caracterizem infringência ao código de ética e às normas que regulam o exercício das atividades farmacêuticas.

39

As sanções disciplinares, definidas nos termos da Resolução ANVISA nº 596/2014 e conforme previstas na Lei Federal nº 3.820/60, NÃO abrangem:

- A) Multa. B) Suspensão. C) Eliminação. D) Exoneração.

40

Quanto ao procedimento de aplicação das sanções éticas, nos termos da Resolução ANVISA nº 596/2014, é correto afirmar que:

- A) O indiciado tem o direito de arrolar até três testemunhas na sua defesa prévia, cujos nomes e endereços completos devem ser apresentados pelo menos três dias antes da data da audiência.
B) O Presidente do Conselho Regional de Farmácia analisará o parecer do Presidente da Comissão de Ética e despachará, em três dias, pelo arquivamento ou pela instauração de processo ético-disciplinar.
C) Cada Comissão de Ética será composta por, no mínimo, três farmacêuticos nomeados pelo Presidente do Conselho Regional de Farmácia e homologados pelo Plenário, com mandato igual ao da Diretoria.
D) O Presidente do Conselho Regional de Farmácia encaminhará, em três dias do conhecimento do fato, despacho ao Presidente da Comissão de Ética, determinando a análise e decisão sobre a viabilidade de abertura de processo ético-disciplinar, com base nos indícios apresentados na denúncia recebida.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

CONCURSO PÚBLICO – CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CRF SP)

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	

CONCURSO PÚBLICO – CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CRF SP)

128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, MP3, MP4, receptor, gravador, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc.
3. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
4. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, exceto para o emprego de Procurador que terá 5 (cinco) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos.
5. Com vistas à garantia da segurança e lisura desse certame, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais no ingresso e na saída de sanitários. Excepcionalmente poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso aos sanitários.
6. O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) itens. Serão aplicadas provas discursivas, de caráter eliminatório e classificatório, a todos os empregos (excetuados os de Agente de Manutenção e Motorista), no mesmo dia de realização das provas objetivas, constituída de 1 (uma) peça processual, para o emprego de PROCURADOR, e 1 (uma) redação sobre tema da atualidade, para os demais empregos. Leia-o atentamente.
7. **Os itens das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.**
8. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao emprego a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos que lhe foi fornecido estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos do horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados no *site* www.idecan.org.br, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas (segunda-feira).
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente à divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no *site* www.idecan.org.br.
- A interposição de recursos deverá ser feita através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes a sua inscrição, apenas no prazo recursal, conforme disposições contidas no *site* www.idecan.org.br.